



Política nacional curricular:
reflexões sobre a
Base Nacional Comum
Curricular

A Base Nacional Comum Curricular

Desde a invasão portuguesa no território brasileiro nosso país passou por diversas transformações educacionais e curriculares. Os documentos curriculares oficiais passaram do plano de estudos jesuíta à documentos de um colégio modelo, entre leis e disputas que acompanhavam as discussões no contexto social.

Durante a história da educação no país muitos documentos e importantes leis buscavam definir aquilo que podemos chamar de currículo oficial brasileiro.

A Constituição Federal definia a necessidade de uma “formação básica comum”, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação apontava para a construção de uma “base nacional comum” que culminou nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e posteriormente o Programa Nacional de Educação discorre sobre “base nacional comum curricular” que resultou na BNCC.

Esse processo revela as intensas disputas não só pelo título dado ao documento, mas também das visões diferenciadas sobre projetos de sociedade e de educação que permanecem na construção do documento.

O processo de construção da Base, no entanto, foi permeado por um contexto de dissensos, no qual é possível identificar três posições relacionadas a sua proposta: a) contrária a ideia de Base Nacional Comum Curricular; b) contrária ao processo de construção dessa Base; c) favorável à Base.

No grupo contrário à ideia de uma base comum para todos estão pesquisadores e pesquisadoras da área de educação, e principalmente de currículo, que se posicionaram por meio de associações e entidades, como Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação -ANPEd-, e por meio de publicações que discutem a proposta de uma Base Nacional.

Já o grupo favorável à BNCC, majoritariamente empresários da educação, se organiza em entidades, como o Movimento pela Base e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação -UNDIME- e procura na grande mídia apoio na consolidação de suas propostas.

Existe ainda um grupo de pesquisadores da educação que não necessariamente são contrários à ideia de um currículo oficial comum para todos, mas se colocam contrários ao processo de construção e implementação dessa política que se tornou a Base Nacional Comum Curricular.

Em meio à essas discussões, a Base Nacional Comum Curricular foi homologada em 14 de dezembro de 2018, e passa a centralizar outras políticas educacionais brasileiras e afetando, de diferentes formas, os sistemas de ensino.

Em sua versão final, o documento estrutura em 600 páginas como devem ser orientadas as etapas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

No início do documento são apresentados os marcos legais da Base, os fundamentos pedagógicos, o pacto para implementação das políticas e as 10 competências gerais da educação básica.

Segundo o documento (BRASIL, 2018), a Base “define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver” (p. 7), contribui para o “alinhamento de outras políticas e ações” (p. 8), ajuda “a superar a fragmentação das políticas educacionais.” (p. 8), sendo instrumento fundamental para garantir “um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes” (p. 8). Na Base define-se 10 competências gerais, que materializariam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, e conceitua-se competência como a mobilização de “conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (p. 8).

As 10 competências gerais da educação básica são:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos

historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a

investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações

artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2018, p. 9 e 10)

O foco no desenvolvimento das competências trata do principal fundamento pedagógico e reacende as discussões sobre a dualidade do saber e do saber fazer, que a partir da Base devem ser claramente indicados aos alunos. Segundo o documento, outro princípio pedagógico é o compromisso com a educação integral, cuja compreensão do conceito segue a mesma do Movimento dos Pioneiros da Educação Nova da década de 30.

Ainda no início do documento é apresentada a estrutura geral da educação básica, onde é perceptível as diferenças entre as três etapas principais. Na etapa infantil a BNCC divide-se nos campos de experiências e objetivos de aprendizagem por faixa etária.

Para a etapa conclusiva da educação básica, o ensino médio, divide-se em áreas de conhecimentos que apresentam competências específicas, destaca-se os componentes de língua portuguesa e matemática, os únicos obrigatórios para os três anos do ensino médio, e por fim, as habilidades específicas de cada área.

Na sequência explica-se o código alfanumérico que identificaria a habilidade a ser trabalhada nas salas de aulas. Para o ensino médio o código inicia-se com EM13, que indica que as habilidades podem ser desenvolvidas nos três anos escolares, em seguida acresce-se a sequência de letras que indica a área (LGG para Linguagens e suas Tecnologias; LP para Língua Portuguesa; MAT para Matemática e suas Tecnologias; CNT para Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e CHS para Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).

Por fim, é indicado a qual competência específica da área refere-se à habilidade, colocando um número de 1 a 3, e por último o número da habilidade que está sendo referenciada. Exatamente como numa matriz de avaliação.

O documento segue então para apresentação de cada etapa. No ensino médio explicita-se primeiramente a quem a etapa se refere, ou seja, as múltiplas juventudes compreendidas como “diversas e dinâmicas, e reconhecer os jovens como participantes ativos das sociedades nas quais estão inseridos, sociedades essas também tão dinâmicas e diversas.” (BRASIL, 2018, p. 462). Assim se instaura uma necessidade de organizar uma escola que acolha diversidades, cujos alunos são protagonistas e trabalhem seus projetos de vida.

Na BNCC também se destaca que cada área apresenta competências específicas, e que para cada competência são determinadas várias habilidades. Dessa forma, a Base trata apenas da formação geral, enquanto a formação complementar é cargo da administração estadual e/ou municipal definir.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.